

REUNIÃO DE CONJUNTURA

16/04/2018

Artigos de Conjuntura Local

A Repetição da História como Farsa (Marcelo Kfoury – 11/04/2018)	1
O Regime Militar não foi bom para o Brasil (Leonardo Weller – 05/04/2018)	2
Reformas não serão aprovadas por quem não as defender na eleição (Alexandre Schwartsman – 11/04/2018)	4
Resposta a Nelson Barbosa (Samuel Pessôa e Marcos Lisboa – 10/04/2018)	5
2019 (II). O salário mínimo (Fernando Giambiagi – 11/04/2018)	7
A transição de 2018 a 2019 (Yoshiaki Nakano – 10/04/2018)	8
Motivos para abrir a economia (Armando Castelar Pinheiro - 06/04/2018).....	10



A Repetição da História como Farsa (Marcelo Kfoury – 11/04/2018)

Professor e Coordenador do Centro Macro Brasil da FGV-EESP

* * *

As eleições de 2018 podem aventar algumas comparações com a eleição de 1989, por termos um presidente impopular e eleição muito fragmentada, mas uma diferença impar é que essa eleição não é solteira, mas sim acompanhada por governadores e parlamentos, sendo mais difícil para outsiders sem máquinas partidárias. Um paralelo interessante que eu não vi ninguém ainda fazer é com as eleições que ocorreram no início da década de 60: período que antecedeu o golpe de Estado.

Além disso, e mais importante, em 1989 não havia essa ressaca democrática que estamos vivendo agora. Era sim a festa da democracia com as primeiras eleições livres depois de quase 30 anos. Estamos vivendo um período de radicalização sem precedentes na história política brasileira a partir do fim da ditadura militar. Desde a democratização, não vemos tanto antagonismo e uma novidade atualmente é a falta de convicção com a democracia e com as próprias instituições no mundo contemporâneo, conquistas modernas que estamos menosprezando como a liberdade de imprensa e as próprias liberdades individuais

O governo JK de certa maneira era visto com um aliado do Getúlio Vargas, mas igual ao governo Dilma, quebrou o país, ao exagerar nos gastos públicos com a construção de Brasília e o plano de Metas. Na verdade, ele não era do mesmo partido do Getúlio, mas sim do partido auxiliar do getulismo, o PSD. Para sermos mais precisos, o JK aparentemente foi o que o Eduardo Campos poderia ter sido. Ao expandir sobremaneira os gastos públicos para fazer 50 anos em 5, o presidente bossa nova acelerou excessivamente a economia, inflacionando os preços e gerando uma crise econômica que só foi saneada com o governo militar em 1965, por meio do plano PAEG de Campos e Bulhões.

JK era extremamente popular, mas não se esforçou muito para eleger o seu candidato, Marechal Lott, pois tinha certeza da reeleição posteriormente. Quem acabou por se eleger foi Jânio Quadros, um outsider da época, professor de Português, que numa carreira relâmpago, foi prefeito, governador e presidente em alguns poucos anos. Uma espécie de Doria que fez o que o esse último ainda não conseguiu.

Jânio Quadros, que tinha minoria no Congresso e não conseguia aprovar nenhuma proposta, realizou sua renúncia a fim de tentar retornar com mais poderes. Entretanto, o Congresso acabou por aceitar sua saída voluntária, e quem assumiu era o legítimo herdeiro do Getulismo, o vice João Goulart. A posse do vice foi conturbada e durante os primeiros anos, houve inclusive a figura de um primeiro ministro.

Como a história não se repete igualzinha, apenas de modo levemente parecido, vale notar que João Goulart possui distinta semelhança com a Dilma Rousseff. Foi um presidente fraco, que acabou radicalizando com as reformas de base, e foi derrubado pela crise econômica e pela classe média enraivecida. Porém, passou para a história como vítima de um golpe, e não pela sua própria fraqueza.

A eleição de 2018 pode trazer algum paralelo com a eleição presidencial que não ocorreu em 1965 por causa do golpe militar. Nesse ponto, JK tem algum paralelo com o Lula, que está sendo impedido de concorrer pela lei da ficha limpa. Já Kubitschek foi impedido de concorrer porque não houve eleições, havendo uma ruptura na frágil democracia da época. Além da crise na economia, em minha humilde opinião, a outra grande razão para o golpe foi impedir a volta do JK.

Duas lições nesse ligeiro retrospecto:

– a) A busca por outsider geralmente acaba mal. Jânio Quadros e Fernando Collor foram dois outsiders, que não terminaram os mandatos. São menos outsider dos que os de hoje, pois já tinham sido prefeito e governador dos seus respectivos estados. É importante, portanto, abrir os olhos para Jair Bolsonaro e Joaquim Barbosa, os modernos outsiders, que não exerceram cargos executivos e conseqüentemente podem ter bastante dificuldade de conviver com os outros poderes e chegarem ao fim dos seus eventuais mandatos. A própria Dilma Rousseff, de alguma forma, pode ser vista com outsider por nunca ter disputado eleição antes de 2010.

– b) As intervenções que ocorrem hoje são dentro das instituições, por isso mais suaves. A impeachment da Dilma não foi um golpe de Estado e o impedimento do Lula em ocorrer por ser condenado por um colegiado é bem mais civilizado do que impedir que a própria eleição ocorra.

Fonte: KFOURY, Marcelo. A Repetição da História como Farsa. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/blogs/mosaico-de-economia/a-repeticao-da-historia-como-farsa/>> Acesso em 12 de Abril de 2018

O Regime Militar não foi bom para o Brasil (Leonardo Weller – 05/04/2018)

Professor da FGV EESP e doutor em história econômica pela London School of Economics.

* * *

A candidatura de Jair Bolsonaro à presidência da República alimenta-se da nostalgia do regime militar. Ao contrário do que saudosos antidemocráticos supõem, a ditadura que se impôs entre 1964 e 1985 não foi boa para o Brasil. Este artigo lista frases que ufanam a época em que os militares estavam no poder e apresenta argumentos factuais que evidenciam a falta de fundamento de tal visão.

A vida era melhor na época do regime militar

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro é mais elevado hoje do que ao final da ditadura: 0,754 em 2018 contra 0,692 em 1985. É verdade que o IDH aumentou em quase todo o mundo, mas após a redemocratização nós reduzimos um pouco a distância em relação ao campeão mundial, a Noruega: o IDH brasileiro é 79,5%

do norueguês atualmente, contra 77,9% em 1985. Não que estejamos bem, mas estávamos pior há 35 anos.

Talvez os mais abastados tenham motivo para sentirem saudade do tempo dos militares. A desigualdade de renda elevou-se naquela época: o índice de Gini cresceu de 0,53 para 0,59 entre 1960 e 1980 (em 2014 ele foi de 0,49). Uma política salarial concentradora de renda achatou o salário mínimo de R\$1.061 para R\$624 (valores em dinheiro de hoje) durante a ditadura. Os ricos eram relativamente mais ricos e a grande maioria vivia mal.

Na época da ditadura não havia violência.

Os dados nos dizem que o Brasil ficou mais violento durante a ditadura. Segundo artigo publicado pela Revista Brasileira de Epidemiologia, a taxa de homicídios na cidade de São Paulo aumentou de 6 por 100 mil em 1960 para 11 em 1970, 19 em 1980 e 36 em 1985. Hoje ela é de 10. Ou seja, no que toca homicídios, São Paulo é mais segura atualmente do que nos anos de repressão. O crescimento dos homicídios no Rio de Janeiro foi ainda mais rápido e, de acordo com pesquisa da Fiocruz, bateu 41 por 100 mil em 1985, patamar acima do atual. Visto por esse ângulo, a intervenção federal-militar naquela cidade não faz o menor sentido.

Os governos militares foram responsáveis indiretos pela violência. O golpe de 1964 suspendeu um programa de reforma agrária que poderia ter minorado o forte êxodo rural do período. O surto de criminalidade dos anos 70 e 80 ocorreu em cidades inchadas, mal planejadas e desiguais – um legado da ditadura.

O Brasil cresceu quando os militares estavam no poder

É verdade que houve um “milagre econômico” entre 1969 e 1973, mas a maior recessão da história brasileira (empatada com a recente) também ocorreu na ditadura, de 1981 e 1983. A crise dos 80 foi consequência direta da pujança irresponsável dos 70. Os governos Médici (1969-1974) e Geisel (1974-1979) contraíram uma dívida externa enorme para financiar o crescimento acelerado. Na tentativa de pagá-la, o governo Figueiredo (1979-1985) travou a economia. A forte contração reduziu as importações e elevou o influxo de dólares. Apesar do esforço, contudo, o Brasil acabou dando calote. Para piorar, a crise acelerou a inflação, que bateu em 235% (IGP) no ano em que Figueiredo deixou a presidência.

A economia industrializou-se na década de 70, mas o crescimento industrial concentrou-se em empresas ineficientes que dependiam de proteção comercial e subsídios. As exceções são poucas. Petrobrás e Embraer tornaram-se competitivas graças à abertura econômica realizada por governos democráticos.

Não havia corrupção na ditadura

É impossível testar essa afirmação, pois ditaduras não contam com órgãos independentes, capazes de investigar e julgar governantes corruptos. A democracia brasileira deu força e autonomia ao Ministério Público. Nós não sabemos o quanto se

roubava pois ninguém ia preso. Mas haja vista os vultosos subsídios que os governos militares distribuíam a uma pequena elite empresarial, é muito improvável que ambos os lados do balcão fossem inteiramente honestos. Não por acaso, a Odebrecht tornou-se uma gigante naquela época.

Ditadura é um mal em si mesmo; a democracia é inegociável. Se nosso sistema democrático é falho, cabe a nós como sociedade aperfeiçoá-lo. Não há saída fácil. A crença de que o regime militar fez bem ao Brasil é uma mentira capaz de nos desvirtuar do longo caminho civilizatório que temos pela frente.

Fonte: WELLER, Leonardo. O regime militar não foi bom para o Brasil. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/blogs/mosaico-de-economia/o-regime-militar-nao-foi-bom-para-o-brasil/>> Acesso em 11 de Abril de 2018

Reformas não serão aprovadas por quem não as defender na eleição (Alexandre Schwartzman – 11/04/2018)

Ex-diretor de Assuntos Internacionais do BC, é doutor em economia pela Universidade da Califórnia

* * *

Alertei novamente na semana passada sobre as perspectivas complicadas para as contas públicas nos próximos anos caso não avancemos com reformas que reduzam o grau de rigidez dos Orçamentos.

Soa repetitivo, sei, mas, dado que ninguém parece querer tratar do assunto e não falta quem negue a existência do problema, fazer o quê?

Há, porém, os que, embora de acordo acerca do mau estado das finanças públicas, acreditam que haverá conserto, independentemente de quem for eleito em 2018.

O exemplo, frequentemente citado, é o comportamento observado no primeiro governo Lula, quando, apesar de retórica em contrário (em 2001, é bom lembrar, o PT apoiou um referendo sobre o não pagamento da dívida), houve aprofundamento do ajuste fiscal.

Naquele momento, a despesa federal caiu de R\$ 614 bilhões em 2002 para R\$ 590 bilhões em 2003 (a preços de hoje), e o superávit primário do setor público se manteve até 2008 na casa de 3,5% do PIB.

É um bom argumento, mas acredito que não se aplica às condições atuais. Em primeiro lugar porque o problema fiscal não era tão agudo. Entre 1999 e 2002, por exemplo, o superávit primário médio já superava 3% do PIB. Não havia, pois, necessidade premente de um ajuste considerável. Assim, por mais que uns e outros esperneassem, o esforço fiscal adicional foi relativamente modesto comparado ao que se acredita ser necessário hoje.

Em segundo lugar, porque as condições políticas não poderiam ser mais distintas. Em que pese a ambiguidade da “Carta ao Povo Brasileiro”, o desempenho fiscal no

primeiro governo Lula não foi percebido como afronta ao que foi dito na campanha, a não ser, é claro, pelos economistas do PT, devidamente excluídos (ainda bem!) da tarefa de gerir a política econômica naquele momento (quando assumiram, nos colocaram na pior recessão dos últimos 40 anos).

Já a experiência do segundo governo Dilma não poderia ser mais ilustrativa. Depois de negar, anos a fio, a existência de problemas e sugerir, durante a campanha, que banqueiros roubariam a comida dos pobres, a ex-presidente colocou como ministro da Fazenda um vice-presidente de um dos maiores bancos privados do país (e apenas porque o presidente do dito banco recusou o convite) e tentou, de forma desastrosa, reverter o rumo de sua (não menos desastrosa) política econômica.

O fracasso veio daí, não de “pautas-bomba”, o atual mimimi dos responsáveis pelo fiasco. A começar porque seu próprio partido jamais apoiou a iniciativa; ao contrário, quando não se omitiu, simplesmente a sabotou. E também porque a população, ao perceber o logro de que fora vítima, se mostrou indignada: a popularidade do governo, que superava 40% no final de 2014, despencou para menos de 10% seis meses depois. A perda de apoio no Congresso (e, portanto, sua incapacidade para avançar a pauta de reformas) resultou desses processos.

À luz da história recente, a crença de que um governo pode se eleger omitindo o que pretende fazer para, uma vez no poder, aprovar medidas complexas e impopulares me parece um claro caso de esperança ilusória (wishful thinking).

Reformas não serão aprovadas por quem não as defender na eleição e tentativas em contrário podem nos levar a crises políticas tão graves quanto vivemos em 2015-16.

Fonte: SCHWARTSMAN, Alexandre. Reformas não serão aprovadas por quem não as defender na eleição. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/alexandreschwartzman/2018/04/reformas-nao-serao-aprovadas-por-quem-nao-as-defender-na-eleicao.shtml>> Acesso em: 12 de Abril de 2018

Resposta a Nelson Barbosa (Samuel Pessôa e Marcos Lisboa – 10/04/2018)

Samuel Pessôa é formado em física, doutor em economia e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da FGV

Marcos Lisboa é economista, presidente do Insper e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2003-2005, governo Lula)

* * *

Esta é uma réplica pela metade. Afinal, concordamos com parte dos argumentos de Nelson Barbosa. Para começo de conversa, após tanto tempo em que trocamos ideias diariamente sobre economia, a genealogia dos argumentos tornou-se inviável. Aceitamos, pois, de bom grado, a denominação de Lisbossôa.

Barbosa reclama da nossa crítica ao argumento que classificamos como moto-perpétuo, defendido por alguns heterodoxos: o aumento do gasto público resultaria em crescimento ainda maior da renda e da arrecadação de tributos.

O resultado seria a queda do endividamento como proporção da renda nacional. Bastaria gastar mais para ficar mais rico.

Barbosa não discorda de que alguns heterodoxos defendem essa tese. Também não discorda de que ele mesmo utilizou esse argumento. Afirma, porém, que ele apenas defendeu a validade da tese para o período entre 2006 e 2010.

Nosso debate está bem circunscrito. Barbosa e Lisbossôa concordam que, em casos bem específicos, o aumento do endividamento produzido pelo aumento do gasto público pode ser autofinanciável.

Barbosa, inclusive, cita o mesmo trabalho de DeLong e Summers, mencionado no nosso artigo, que delimita circunstâncias para que esse processo possa acontecer. Vamos, então, às nossas duas divergências em relação a Barbosa.

Primeira divergência. Entre as circunstâncias apontadas pelo trabalho de DeLong e Summers encontram-se baixa inflação e baixa taxa de juros real, que deve ser próxima da taxa de crescimento econômico, condição decorrente da equação 7 no texto dos dois autores. Esse, porém, não foi o caso do Brasil nas últimas décadas, incluindo o período analisado por Barbosa.

Entre 2006 e 2010, a taxa de juros real que incide sobre a dívida pública foi de 6,9%, ao passo que a economia brasileira cresceu 4,5%, uma diferença de 2,4 pontos percentuais. Não conhecemos evidência na literatura acadêmica de estimativas de um impacto do gasto público sobre o crescimento da renda que compense um diferencial tão elevado entre os juros reais e o crescimento econômico.

Essa diferença deveria ter sido menor do que 0,5 ponto percentual naquele período, e não 2,4, para que a economia brasileira atendesse às condições do moto-perpétuo.

Muitos anos de contração fiscal seriam necessários para que os juros reais de equilíbrio caíssem o suficiente para que houvesse alguma possibilidade do gasto público se tornar autofinanciável.

Segunda divergência. Barbosa apenas constata que, naquele período, a dívida pública como proporção do PIB caiu em meio ao crescimento da economia e do gasto público. Isso basta para que ele conclua que foi o aumento do gasto que levou ao crescimento.

Barbosa repete o erro comum de vários heterodoxos no Brasil. Infere uma causalidade a partir da ocorrência simultânea de dois fenômenos. Carecas usualmente não têm pentes, o que não significa que pentear os cabelos impede a sua queda. As técnicas da estatística são úteis precisamente para tentar identificar se existem evidências de uma relação de causalidade.

Deve-se verificar se outros fatores não teriam sido os responsáveis pelos fenômenos observados, como, por exemplo, o significativo crescimento da economia mundial naquele período.

Há mais. Diversos gastos públicos são indexados ao PIB, como saúde, educação e boa parte da previdência. Quanto mais cresce a economia, mais esses gastos aumentam. Trata-se de uma causalidade inversa à proposta por Barbosa.

A estabilidade é uma agenda de muitos governos e requer anos de política econômica consistente. A ilusão de que nossa economia atendia à condição do moto-perpétuo foi parte da inflexão na política econômica ocorrida no segundo governo Lula, que ajudou a interromper o longo processo de ajuste macroeconômico iniciado no Plano Real.

Aguardamos o artigo acadêmico de Barbosa que mostre que o crescimento econômico da segunda metade dos anos 2000 decorreu da expansão dos gastos públicos.

Fonte: PESSOA, Samuel; LISBOA, Marcos. Resposta a Nelson Barbosa. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2018/04/marcos-lisboa-e-samuel-pessoa-resposta-a-nelson-barbosa.shtml>> Acesso em: 12 de Abril de 2018

2019 (II). O salário mínimo (Fernando Giambiagi – 11/04/2018)

Fabio Giambiagi é economista-chefe do BNDES

* * *

Este é o segundo artigo com propostas para o governo que for empossado em 2019. O tema de hoje é a regra do salário mínimo (SM). O assunto tem implicações fiscais significativas, pela dupla vinculação existente na Constituição: enquanto que, por um lado, no capítulo previdenciário, um dispositivo explicita que nenhum benefício poderá ter valor inferior a um SM, no capítulo da assistência social garante-se o pagamento de Benefício de Prestação Continuada (BPC) de um SM para idosos com insuficiência de renda e a indivíduos sem meios de prover à própria subsistência.

Penso que o mais adequado seria eliminar essas duas vinculações constitucionais e passar a questão da definição desse valor para a legislação ordinária. Considero, porém, que não há ambiente para uma tramitação com chances de vitória dessa proposição. Para evitar um desgaste político grande, a proposta nesse particular é de uma simplicidade extrema: o governo, em 2019, deveria enviar ao Congresso uma proposta de lei determinando a indexação do SM ao INPC de 2020 até 2031, inclusive.

Há duas enormes vantagens políticas nessa proposta. A primeira é que requer apenas quórum ordinário - e, se o novo governo não reunir apoio para aprovar um projeto de lei por maioria simples, é melhor nem assumir. A segunda é que elimina a fonte de pressão fiscal representada pelo impacto do SM nas contas fiscais por três períodos de governo. Na década de 30, em um quadro fiscal - espera-se - completamente diferente do atual, o governo a ser empossado em janeiro de 2031 decidiria o que fazer de 2032 em diante.

Por que uma medida assim seria socialmente justificável? Há três excelentes argumentos em defesa dessa estratégia. O primeiro se relaciona com a distribuição de renda. A tabela apresenta a distribuição dos aposentados e pensionistas que possuem

rendimento igual a um salário mínimo, por décimo da distribuição de renda per capita, em 2015. Para entender a questão, é preciso esclarecer que, deflacionando os valores pelo IPCA a preços de fevereiro de 2018, o rendimento médio considerado pela Pnad foi de R\$ 1.976 e o rendimento do nono décimo da distribuição de renda (ou seja, o nível imediatamente inferior ao superior) foi de R\$ 2.958,75. Portanto, uma pessoa que ganhasse um pouco menos de R\$ 3 mil estaria no grau 9 na escala distributiva de 1 a 10 com uma renda 50 % superior à renda média.

A tabela mostra que entre esse universo de aposentados e pensionistas com rendimentos iguais ao piso previdenciário, 1 % se situava entre os 10 % mais pobres e 5 % entre os 20 % mais pobres. Embora o dado seja contraintuitivo, é fácil de explicar. Imaginemos um pequeno comerciante que depois de pagar suas contas mensais associadas à sua loja fica com R\$ 2.500 no bolso. Essa pessoa não é rica, obviamente. Porém, tem uma renda 27 % superior à renda média e de quase 85 % da renda média de quem se situa no nono décimo da escala distributiva.

Digamos que esse comerciante contribua como autônomo para o INSS pelo SM e se aposente pelo INSS. Quando isso ocorre e o piso previdenciário aumenta, o valor associado a esse componente da renda total se eleva, embora ao receber a aposentadoria ele passe a ter uma renda maior que a renda média do nono décimo da distribuição de renda. O resumo é que no Brasil o salário mínimo não é mínimo, pois muita gente ganha abaixo dele.

O segundo argumento está associado com a renda média. Enquanto que em 1995 o SM correspondia a 23% da renda média da Pnad e a 1,37 vezes a renda média dos 20 % mais pobres, em 2015 tais proporções tinham passado para 45% da renda média e 1,93 vezes a renda média dos 20% mais pobres.

O terceiro argumento se relaciona com o que aconteceu nesse período em termos reais: utilizando a inflação oficial (IPCA) como deflator, tomando como base dezembro de 1994, entre aquele ano e o final de 2017 o SM teve um aumento real acumulado de 177%, com impacto expressivo sobre as contas da Previdência, considerando que mais de 40% do valor da folha de pagamentos do INSS está indexada ao SM.

Por tudo isso, sou da opinião de que atualmente, até quem recebe SM entenderia perfeitamente que, se quando o SM valia US\$ 65, no começo da estabilização, era razoável postular o aumento real da variável, agora, com 12 % de desemprego, até as pedras da rua sabem que a prioridade número um do país deveria ser a retomada do crescimento e do emprego. Portanto, a proposta acima feita é perfeitamente defensável.

Fonte: GIAMBIAGI, Fernando. 2019 (II). O salário mínimo. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opiniaio/5443653/2019-ii-o-salario-minimo>> Acesso em 12 de Abril de 2018

A transição de 2018 a 2019 (Yoshiaki Nakano – 10/04/2018)

Yoshiaki Nakano, mestre pela Cornell University

* * *

Apesar das turbulências, incertezas e instabilidade que a ordem (ou desordem) política brasileira pós-impeachment tem gerado nos últimos 12 meses, a economia brasileira tem mantido uma certa estabilidade. Esta aparente calma é até surpreendente, já que a crise que se iniciou no primeiro semestre de 2014 foi uma grande crise de confiança política. Foram as intervenções discricionárias, "a contabilidade criativa" e o crescimento explosivo da dívida pública que geraram esta crise de confiança. O impeachment da presidente Dilma Rousseff, a fixação de um teto constitucional de gastos públicos, a aprovação pelo Congresso Nacional da reforma trabalhista e o envio de uma proposta de reforma da previdência, parecem ter acalmado os mercados.

Na realidade é como se o sistema econômico tivesse se descolado da ordem política. Mas este aparente descolamento é tênue e tem forte componente de "convenção". O problema do empresário é que, mesmo num quadro de total incerteza política, ele precisa continuar operando, tem que pagar seus fornecedores, seus funcionários, os impostos etc.

Diante da total incerteza adota-se uma "convenção" e continua-se a operar ignorando, em parte, as incertezas políticas. O barco está se acostumando a navegar por uma tempestade que está durando mais que o esperado.

No final de 2016 parecia que havíamos chegado ao fundo do poço. Com a super-safra agrícola, queda na taxa de inflação e outras medidas de estímulo do governo, como a liberação do FGTS, inicia-se nos primeiros meses de 2017, um lento e gradual processo de recuperação cíclica. Este processo ajuda a criar aquela "convenção".

Apesar de o Banco Central ter reduzido fortemente a taxa de juros Selic de 14,25% para 6,5%, e a inflação esperada estar próxima a 3%, os bancos comerciais quase não reduziram as suas taxas de juros junto ao consumidor e empresas, aumentando assim fortemente o seu "spread". De outro lado, o crédito continua relativamente escasso.

Uma possível explicação para este aumento real de "spread" é que os bancos como entidades especializadas em avaliar riscos, observam que riscos políticos podem bater na economia. De fato, estamos a sete meses das eleições presidenciais e o quadro político é totalmente incerto, desta vez não vamos ter mais a tradicional polarização entre candidato do PT contra PSDB, como ocorreu nas últimas eleições.

Com Lula preso e/ou inelegível, a possibilidade de polarização dele com Bolsonaro está fora do cenário. A esperança que alguns alimentavam de que algum candidato (Alckmin, por exemplo) conseguisse aglutinar o centro, também parece fora de cogitação, dada a multiplicação de candidatos neste espectro ideológico.

Além dessa incerteza política, o novo presidente eleito que assumir em janeiro de 2019 terá que enfrentar não só uma situação fiscal extremamente difícil, mas será impossível cumprir a regra constitucional de teto de gastos. Despesas constitucionalmente obrigatórias representam mais do que 80% dos gastos do governo, e mesmo zerando os gastos ditos discricionários (que incluem investimentos públicos, e outros itens imprescindíveis para o governo funcionar) o teto não será alcançável em 2019.

Desta forma, obrigatoriamente o novo governo terá que fazer um conjunto de reformas constitucionais para mudar a trajetória crescente dos gastos ditos obrigatórios.

Além disso, haverá uma agenda de reformas inadiáveis imposta pela realidade de fatos, tais como as reformas da previdência e tributária, além das pressões que virão da sociedade por mudanças. Se isto não acontecer, caminhamos para a ingovernabilidade.

A nova classe média está indignada e revoltada, exigindo melhoria na gestão de serviços públicos, e tomou consciência da corrupção que reina no setor público. Além disso, percebe claramente as vantagens que o funcionário público tem em relação ao trabalhador do setor privado.

O que ocorrerá se o novo presidente eleito não for capaz de convencer o Congresso Nacional a fazer os ajustes e as reformas? Num futuro imediato, o Rio de Janeiro é o retrato do futuro do Brasil. Estará criado um quadro para revoltas populares, polarização política sem precedentes e violência crescente. Desta forma, devemos eleger um governo disposto a fazer as reformas e um ajuste fiscal duradouro. Se a sociedade brasileira não for capaz de tomar esta decisão de convocar uma liderança com disposição e valores morais para fazer mudanças profundas e doloridas, caminharemos para um descontrole econômico, social e político.

Fonte: NAKANO, Yoshiaky. A transição de 2018 a 2019. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opiniaio/5441071/transicao-de-2018-2019>> Acesso em 12 de Abril de 2018

Motivos para abrir a economia (Armando Castelar Pinheiro - 06/04/2018)

Armando Castelar Pinheiro é coordenador de Economia Aplicada do Ibre/FGV e professor do IE/UFRJ.

* * *

Reza a lenda que, certa feita, Mário Henrique Simonsen, então ministro da Fazenda, procurado por um ministro que defendia um projeto duvidoso, teria respondido: "Fulano, tira teus 10%, mas não faz a obra, que assim o prejuízo é menor". Em escala muito maior, foi o que se viu com os investimentos feitos pela Petrobras sob a inspiração do esquema de corrupção desvendado pela Lava-Jato: o prejuízo para a empresa, de quase R\$ 100 bilhões, superou em muito o que acabou no bolso dos participantes do esquema.

Essa história me veio à mente lendo a entrevista com Edmar Bacha em "O Estado de S. Paulo" de domingo passado. Nela Bacha defende a abertura da economia ao exterior como sendo a "mãe de todas as reformas", "o grande indutor do crescimento e das demais reformas" nas áreas tributária, educacional e de infraestrutura. Observa ele que ao "expor nossas empresas à concorrência internacional e forçá-las a serem eficientes para sobreviver, criaremos foco no custo Brasil".

A maior integração do Brasil à economia mundial é uma bandeira antiga de muitos economistas. É também um ponto defendido em dois relatórios recentes de organizações multilaterais, um da OCDE e outro do Banco Mundial. O ponto de partida de ambos é bem direto: o Brasil é uma das economias mais fechadas do mundo, com fluxo de comércio

(exportações mais importações) pouco acima de 20% do PIB, contra cerca de 100% para a média dos países da OCDE.

Quem defende abrir a economia enfatiza os ganhos que a maior integração internacional traria. Isso se daria pelo maior acesso a bens de capital e insumos mais baratos e com modernas tecnologias, mais oportunidade de especialização e de explorar economias de escala, maior pressão competitiva etc. A maior abertura também permitiria às empresas brasileiras participar das cadeias globais de valor, elevando sua competitividade. Tudo isso faria a produtividade crescer mais rápido e melhoraria a distribuição de renda, pois os preços relativos de bens de consumo cairiam, beneficiando mais as pessoas de mais baixa renda, como ocorreu com a abertura dos anos 1990.

Abrir a economia exige mudar significativamente várias dimensões da política econômica. Uma dessas mudanças, claro, envolve baixar as elevadas tarifas de importação. A OCDE observa que o "Brasil tem o número mais alto de linhas tarifárias acima de 10% entre os mercados emergentes". As barreiras não tarifárias também são altas e generalizadas. Estão aí incluídas regras de conteúdo local, medidas antidumping, e subsídios do BNDES para produtos locais.

Há também barreiras relacionadas a especificações técnicas e preferências tributárias para a produção doméstica, como no programa Inovar Auto. As barreiras não se aplicam apenas a bens, mas também ao comércio de serviços, como Bacha nota na entrevista. É o caso dos setores financeiro e de serviços jurídicos, de comunicações e de engenharia e arquitetura, que também precisam ser abertos à concorrência externa.

O ponto central de Bacha é que há uma simbiose negativa entre essa miríade de proteções e barreiras à competição e as muitas ineficiências que limitam a competitividade e o crescimento da produtividade no Brasil. Na medida em que não precisam competir, ou que competem apenas com quem também esbarra no custo Brasil, as empresas inovam pouco e pressionam de menos pela melhoria da qualificação dos trabalhadores, da infraestrutura, do sistema tributário etc. O que a experiência mostra é que, na ausência de pressão competitiva, nem a eficiência aumenta, nem se forma uma coalizão forte o suficiente para promover as reformas que o país precisa.

Entre as ineficiências protegidas pela baixa integração à economia mundial estão os desperdícios resultantes de investimentos feitos por motivos duvidosos. De fato, a corrupção é um dos principais componentes do custo Brasil, distorcendo incentivos, a alocação de recursos etc. E em grande parte ela sobrevive graças à falta de competição. Sem a proteção contra a concorrência seria intolerável conviver com perdas do tamanho das que a Lava-Jato identificou. As próprias medidas de proteção, pela sua alta discricionariedade, são uma porta aberta a esquemas pouco republicanos. O Brasil não precisa disso.

Também por estas razões acho que Bacha está correto em defender a abertura como uma reforma essencial. É hora de derrubar barreiras tarifárias, regulatórias e tributárias à integração com o resto do mundo, adotando políticas mais uniformes entre setores e produtos. E creio que, ao contrário do que às vezes se pensa, a postura protecionista de Donald Trump pode ser uma vantagem e não um problema. Isso porque

ela aumentou a motivação dos demais países para buscar acordos de livre comércio. É uma oportunidade que não deveríamos desperdiçar.

Fonte: PINHEIRO, Armando. Motivos para abrir a economia. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opiniao/5434461/motivos-para-abrir-economia>> Acesso em 12 de Abril de 2018

DISCLAIMER

O presente material é meramente informativo, genérico e não configura consultoria, oferta, solicitação de oferta, ou recomendação para a compra ou venda de qualquer investimento, instrumento ou produto específico em qualquer jurisdição ou mercado, nacional ou internacional. Embora as informações e opiniões aqui expressas tenham sido obtidas de fontes confiáveis e de boa fé quando da publicação, estas não foram independentemente conferidas ou validadas e nenhuma declaração ou garantia, expressa ou implícita, é feita a respeito da exatidão, fidelidade e/ou totalidade das informações. A Pragma Gestão de Patrimônio Ltda (“Pragma”) não se responsabiliza pela publicação acidental de dados incorretos e as informações, opiniões e valores indicados estão sujeitas a alteração, reprocessamento e/ou reprecificação sem aviso prévio. As matérias, artigos, relatos e entrevistas contidos neste documento e em seus anexos são de exclusiva responsabilidade do autor, não representando ideias, opiniões, pensamentos ou qualquer forma de posicionamento da Pragma. Este documento não pode, sob qualquer forma ou pretexto, ser utilizado, divulgado, alterado, impresso ou copiado, total ou parcialmente, sem prévia autorização da Pragma tampouco poderá ser divulgado ou utilizado por qualquer pessoa ou entidade em qualquer jurisdição ou país onde sua divulgação ou uso seja contrário às leis ou regulamentos vigentes ou em que o recipiente do documento não esteja qualificado a agir, ou para qualquer pessoa cuja jurisdição possa considerar ilegal a divulgação de informações, serviços, opiniões ou análises deste material. Informações adicionais poderão ser obtidas mediante solicitação.